

# Versão Nacional

## Uma questão de manter aparências

*O senador José Sarney será portador de uma complexa missão política, com o objetivo de articular a prorrogação dos mandatos dos dirigentes partidários, matéria que pode ser regulada por lei ordinária, bastando que o deputado Nilson Gibson apresente projeto logo nos primeiros dias da nova legislatura.*

*A missão agrada ao Palácio do Planalto; afinal, trata-se de prorrogar por um ano o atual estado pós-eleitoral, sem riscos de o Governo passar a enfrentar novas batalhas nos planos políticos municipal, estadual e nacional. As feridas do último pleito ainda estão abertas, sobretudo causadas pela experiência do voto vinculado, que fez surgirem as mais diversas formas de infidelidade para com a chapa oficial, a partir do processo do "voto camarão".*

*O Governo prefere manter esse estado de coisas, fazendo com que o terreno político se acomode por um processo natural, do que partir, já em abril, para a eleição dos novos diretórios municipais, evento que poderia revolver a mal assentada base partidária do PDS, através de novas disputas pelo mando local.*

*Evitando um novo surto de vontades municipais — e logo depois as regionais e a nacional — o Palácio do Planalto dirige a missão Sarney, habilmente, para o tangenciamento do fato sucessório de 85, pois a permanecer o atual calendário, com convenções marcadas para o transcurso do ano, nenhuma força de dissuasão, que viesse a ser articulada pelo Governo, seria capaz de deter o processo que inevitavelmente será deflagrado a partir da renovação os mandatos dos dirigentes partidários. Trata-se, aí, de mexer com as bases da Convenção Nacional que escolherá o candidato oficial à Presidência da República, três meses antes da reunião do colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985.*

*Seria uma demonstração de estoicismo político o Governo respeitar o calendário mal saído de uma eleição da qual ainda não retirou as lições práticas, pois o Congresso renovado sequer chegou a funcionar. A prorrogação dos mandatos seria uma medida de autodefesa para uma estrutura política que demonstra fragilidade para lutar em duas frentes — uma, no plano do Congresso, enfrentando a nova relação de forças parlamentares, e outra no plano nacional, com as tentativas de eleger dirigentes partidários fiéis à causa governamental, a qual, a rigor, não se sabe exatamente qual é.*

*É ocioso lembrar que os candidatos à Presidência da República não perderiam tempo em fazer dessas convenções o cenário para a arregimentação de apoio à indicação de seu nome na futura Convenção Nacional do PDS. Trabalhar a base municipal seria o começo de uma operação que só valorizaria o esforço dos candidatos à sucessão presidencial, e até mesmo os legitimaria, mas o Governo tem justo receio de que essa frente de atuação política nacional termine por retirar das mãos do presidente da República o resguardo da iniciativa no equacionamento sucessório.*

*A missão Sarney terá pela frente, porém, o problema da aspiração das diversas lideranças regionais em virem a ocupar postos de comando das seções estaduais do PDS, no sentido de iniciar a seu modo um trabalho de reorganização política para que possam enfrentar em quatro anos uma nova batalha eleitoral, em melhores condições de competitividade. Esse fenômeno é mais presente nos Estados que passarão a ser governados pelas oposições.*

*Somente com a renovação dos diretórios regionais, esses líderes julgariam ter meios para promover uma mudança conceitual na linha de trabalho do partido. São nomes que não perderam a emulação política e que pretendem continuar centralizando os espaços partidários, se possível até canalizando as providências administrativas autorizadas por Brasília.*

*É de se registrar que há dias o presidente nacional do PDS teria recebido uma instrução da Presidência da República para enquadrar esses políticos não eleitos — como os Srs. Ney Braga, Wellington Moreira Franco, Eliseu Resende, Jarbas Passarinho, Reynaldo de Barros — e um outro vitorioso, mas sem mandato — o Sr. Antônio Carlos Magalhães — na estrutura nacional de comando do partido governista. Será um sinal de que o caminho da reorganização política nos seus respectivos Estados passará por eles, o que torna improvável que venham a ser aproveitados no corpo do Ministério, através de uma eventual reforma.*

*Tudo leva a crer, portanto, que o Palácio do Planalto quer ganhar mais um ano no contingenciamento da sucessão presidencial pelos seus atuais níveis: uma batalha permanente entre a vontade palaciana de que a iniciativa se conserve no gabinete presidencial, e a tendência provocada pela própria abertura democrática para alargar o espectro da decisão, tornando possível a um político ou militar com capacidade de mobilização nacional seja afinal o candidato — e mais tarde o sucessor. Essa missão Sarney, se vem para conservar tampada a panela sob intensa pressão política, seria algo como tentar manter as aparências da iniciativa presidencial.*

**Leonardo Mota Neto**